

MEMÓRIA COMO PRÁTICA NA CULTURA DIGITAL

Dalton Martins¹ e José Murilo Costa Carvalho Junior²

A cultura digital, seja como área organizacional ou como conceito, tem prestado serviço relevante, sobretudo na última década no Brasil. Como reflexão coletiva em rede, a abordagem cumpriu papel na articulação de uma multiplicidade de novas atividades e movimentos, servindo como ponto de apoio na produção de um comum para falar sobre a construção de políticas públicas, projetos experimentais, ativismos, pesquisa acadêmica, laboratórios *hackers*, inovação social, movimentos de democratização da comunicação, participação cidadã, acervos digitais, modelos de gestão, entre tantas outras coisas que poderiam ser aqui enumeradas.

Dentre os muitos campos impactados pelas práticas do universo da cultura digital, talvez nenhum outro tenha sido ressignificado de maneira tão abrangente como o campo da memória – pública e privada. Interessa aqui refletir como essas práticas impulsionam os fluxos dinâmicos e imprevisíveis que, nos últimos anos, têm constantemente redefinido e ampliado o conceito de memória cultural. O formato de memória com o qual a sociedade se acostumou no último século, baseado na lógica dos arquivos impressos, é profundamente alterado pela ascendência da mídia digital. Cabe, portanto, perguntar: que novas práticas e atores disputam a hegemonia do Estado em sistematizar a produção de informação? Qual o papel das instituições mantenedoras do patrimônio cultural na preservação da memória na era da cultura digital?

¹ Professor no curso de Gestão da Informação e no Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Possui graduação em Engenharia Elétrica, mestrado em Engenharia da Computação, ambos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutor em Ciências da Informação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Desenvolve pesquisa na interface das áreas de Comunicação e Informação, Inteligência Coletiva e aplicações de Ciência de Dados (aprendizagem de máquina e mineração de dados) em problemas envolvendo políticas públicas, mídia e participação social.

² Especialista em projetos de Internet no governo, atuou em sítios institucionais no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, no Ministério da Ciência e Tecnologia (Informação e Difusão Científica), no Ministério da Cultura (Informações Estratégicas e Cultura Digital) e no Instituto Brasileiro de Museus (Arquitetura da Informação Museal). Coordenou os projetos CTJovem e CulturaDigital.Br e foi editor de lusofonia do Global Voices Online, do Berkman Center da Universidade de Harvard. Promove a reflexão do ambiente digital como ecossistema na rede Ecologia Digital.

MEMÓRIA IMPRESSA: O PAPEL DO ESTADO

Em seu recente livro *Rogue archives*, Abigail De Kosnik (2016) nos recorda que “desde o final do século 19, a memória – não a memória individual privada, mas a memória pública, coletiva – foi domínio do Estado” (p. 1). Tony Bennett (1995), em *The birth of the museum*, escreve que “museus, galerias e, de maneira mais intermitente, exposições, desempenharam papel central na formação do Estado moderno, e são fundamentais para sua concepção como, entre outras coisas, um conjunto de agências educativas e civilizatórias” (p. 66). Tais instituições custodiais – museus, bibliotecas e arquivos – foram responsáveis por organizar e representar a memória já no período de formação do Estado moderno, em meados do século 15. Estão presentes como peças da organização política até os tempos atuais, são caracterizadas pelas mesmas forças sociais que levaram à criação dessa visão de Estado e, portanto, operam como vetor dessas forças.

A necessidade do Estado de: 1) impor soberania, subjugando as demais forças sociais sob seu poder, e 2) estabelecer uma distinção clara entre Estado e sociedade civil são elementos que nos ajudam a entender as práticas que fundamentam essas instituições custodiais. Criadas para funcionar como elementos de centralização informacional, promovem a excelência técnica reconhecida como oficial, operada por agentes especialistas nas tarefas organizacionais da informação. Esses profissionais (servidores) têm por função a certificação, a organização e a seleção da informação considerada relevante e necessária dentro de um padrão estético determinado pelas forças sociais dominantes. A partir de protocolos, normas e sistemas, o especialista exerce seu papel de agente de Estado, controlando os fluxos e processos informacionais daquilo que será objeto de guarda – como este será classificado, como será visto e como poderá ser acessado.

Antes, a esses agentes cabia operar as práticas que produziam como resultado a acumulação de informação em favor das forças de gestão do Estado, como ressalta Bourdieu (2014) em seu clássico curso no Collège de France:

O nascimento do Estado se faz acompanhar da acumulação maciça de informação – serviços secretos, pesquisas, recenseamentos, orçamentos, mapas, planos, genealogias, estatísticas – convertendo o metapoder em unificador teórico, um totalizador cujo instrumento por excelência é a escrita, a começar pelos registros de contabilidade. (p. 23)

Nessa visão institucional, cabe à sociedade civil apenas o acesso aos serviços de informação quando disponíveis de forma pública. A memória cultural, ou aquilo que será registrado e passível de recuperação por meio do acervo organizado dessas instituições, apesar de ser influenciado por dinâmicas sociais, se define majoritariamente em favor dessas forças de concentração e de centralização da informação, que são típicas do Estado moderno.

MEMÓRIA DIGITAL COMO PRÁTICA SOCIAL

A ideia de prática social recupera uma perspectiva importante a ser ressaltada quando da reflexão sobre as possíveis formas de se definir memória. Mais do que apresentar uma das definições possíveis para o conceito, caindo infalivelmente em uma percepção restrita,

– a partir da perspectiva dos pesquisadores que a produziram e datada no tempo em que essa conceituação se deu –, nos interessa observar aquilo que se produz, se faz e se torna prática em seu nome. Entende-se por prática social aquilo que se revela nas condutas regulares dos agentes em dinâmicas de interação na sociedade, produzindo as coisas que se fazem e as coisas que não se fazem, como sugerido por Bourdieu (Thiry-Cherques, 2006).

Desde a virada do século, e particularmente a partir de 2002 com o advento da *web 2.0* (em inglês, definida como *read-write web*), as instituições custodiais em seu modelo padrão de operação deixaram de cumprir o papel de registrar e preservar o que se define como a memória cultural do tempo presente para o acesso das gerações futuras. Em regiões com bom acesso à Internet, a ascendência da mídia digital sobre outras formas de transmissão (TV, rádio, cinema, impressos) introduz práticas que alteram a relação da memória pública com o Estado. O que de fato se produz em termos sociotécnicos no início do século 21 é uma quebra de paradigma de forte impacto no modo de acúmulo de informação operado até então. A perspectiva da Internet como rede digital de informação global e seus novos sistemas de informação interativos desequilibram de forma significativa o jogo de forças em torno do poder do Estado e de seus agentes técnicos em sistematizar a produção de informação.

Novas práticas sociais passam a compor o mosaico de possibilidades informacionais disponíveis para o cidadão comum. A sociedade civil pode agora produzir coleções de objetos digitais de seu interesse e arquivar esses objetos em sistemas de alta disponibilidade de serviços. Ela pode classificar esses objetos da maneira que achar relevante, subvertendo a necessidade restrita de utilizar taxonomias hierárquicas e vocabulários controlados – gerando a *folksonomia*³ como prática. O cidadão interessado pode ainda publicar sua opinião sobre temas que considera de relevância, e também votar, curtir e selecionar aquilo que considera mais interessante.

Os novos agentes que exercitam a prática social da memória na cultura digital não possuem treinamento em ciências da informação (Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia) e nem retaguarda institucional. São amadores – fãs, *hackers*, piratas e voluntários – que passam a atuar no campo e se tornam forças de produção informacional avassaladora para os sistemas oficiais. Ao exercerem seus novos papéis de organização e de representação da informação, passam a influenciar aquilo que se transforma em acervo, tornando disponíveis inúmeros objetos digitais que serão agora passíveis de recuperação e que passarão a compor o repertório de possibilidades que formarão a memória da contemporaneidade.

Em resposta a essa demanda por arquivamento em meio digital, nas últimas décadas surgiram diferentes formatos de publicação, como *blogs*, *wikis*, gerenciadores de conteúdo (CMS) e repositórios digitais. Tais novidades nascem não mais em um campo dominado pelas instituições custodiais e suas normas técnicas, mas no universo dinâmico da economia das *startups* digitais. Estas são empresas privadas que produzem os sistemas interativos da Internet e que ficam responsáveis também por suas respectivas funcionalidades técnicas, bases de dados, políticas de uso e pelas possibilidades de interação dos usuários.

³ Folksonomia é uma maneira de indexar informações. A expressão, cunhada por Thomas Vander Wal (2007) é uma analogia à taxonomia, mas inclui o prefixo *folks*, palavra da língua inglesa que significa pessoas.

A cada semana, *startups* lançam novas ideias para atrair usuários dispostos a postar seus conteúdos *on-line* – e muitos destes sequer prestam atenção aos termos de uso a que se submetem. Ao mesmo tempo, a velocidade de assimilação desses novos serviços pelas grandes corporações da Internet, como Google e Facebook, tem resultado em monopólios globais para disponibilização de conteúdos culturais digitais. De certa maneira, na perspectiva da cultura digital, as práticas de memória saem do domínio do Estado, incluem a sociedade civil como força social de produção e passam a ser gestadas e geridas no âmbito das empresas que dominam a Internet como espaço de inovação e de produção de serviços em rede.

ALGORITMOS E RELEVÂNCIA SOCIAL

A principal consequência da inclusão da sociedade civil como força social de produção de novas práticas de memória é a elevação exponencial do volume de dados produzido e arquivado em sistemas de informação, antes alimentados apenas por agentes oficiais. Lidar com esse volume torna-se uma questão social que, por sua vez, leva também à produção de novas práticas, como a automatização dos processos de organização e de recuperação da informação. A principal força sociotécnica por trás de serviços como Google e Amazon, por exemplo, consiste em sua capacidade de tratar um volume singular de informações abrangendo uma enorme variedade de interesses e de formas de expressão humana. Para isso, utilizam critérios de relevância social que, por sua vez, produzem novas maneiras de organizar e de recuperar esses dados.

No caso do Google, a ideia seminal de utilizar a lógica de referências, considerando que os *sites* mais *linkados* pelas pessoas devem ser aqueles mais relevantes para uma chave de busca específica, levou à produção de um dos algoritmos mais bem-sucedidos da história. Trata-se da percepção social coletiva sistematizada por meio de um indicador que mobiliza a rede de forma a apontar o que é relevante a cada pesquisa realizada. No caso da Amazon, a ideia original de apresentar livros que podem ser potencialmente interessantes a um usuário com base na procura e compra semelhante de outros usuários, leva a experiências de uso nas quais se considera relevante não apenas necessariamente o que se buscava, mas aquilo que se encontra pela indicação indireta de outras pessoas.

Esses dois exemplos revelam o poder dos algoritmos, programas de computadores que automatizam tarefas repetitivas e operam formas de filtragem na informação, tornando o alto volume de conteúdos segmentado por indícios de relevância social e, ao mesmo tempo, apresentando resultados satisfatórios e possíveis de serem aproveitados por seus usuários.

Dessa maneira, os algoritmos das ferramentas de busca produzem verdadeiras práticas sociais de mediação entre o enorme acervo informacional disponível nos sistemas de informação e o interesse específico dos usuários. Por meio da mediação que exercem, eles determinam o que pode ou não ser visto, operando lógicas de hierarquização da memória produzida em seus espaços de atuação. O poder emulado pelos detentores dos meios necessários à operação dos algoritmos é diretamente proporcional ao acesso que têm às bases de dados relevantes para cada processo ou setor específico. O fato de que tal poder de definição de pertinência seja exercido por corporações transnacionais que operam práticas monopolistas, sem qualquer regulação capaz de promover maior transparência nessas intervenções, configura cenário claramente antidemocrático.

MODELOS E PROJETOS EXPERIMENTAIS: REFERÊNCIAS EM TRÂNSITO

Diante do desafio de repensar as práticas sociais da memória em tempos de cultura digital, há várias iniciativas que têm se proposto a discutir a atual limitação do papel do Estado por meio de suas instituições custodiais, e também o papel central exercido pelas empresas de Internet. É inquietante saber que parte expressiva do que é produzido como práticas de memória nos tempos atuais se encontra sob a guarda de empresas privadas que podem, dependendo unicamente de seus interesses, fechar serviços e deixar de dar acesso a uma base de dados, a exemplo do que aconteceu com o Orkut⁴, caso especialmente marcante para o Brasil, onde o *site* possuía milhões de usuários.

Em resposta ao impacto que as grandes plataformas da economia digital têm causado na sociedade, muitas vezes operando funções que infraestruturas e instituições públicas desempenharam nos últimos séculos, destaca-se um movimento recente denominado cooperativismo de plataforma (*#platformcoop*). Ele propõe desenvolver desenhos atualizados para aspectos legais, institucionais e de financiamento do modelo cooperativo, com foco especial na criação de estruturas e métodos de governança distribuída para as plataformas digitais. Como o *software* necessário para a realização das funcionalidades básicas das plataformas tende a tornar-se *commodity*, trata-se pois de clonar a ideia do sistema, de modo a reconfigurá-lo para organizar a cooperação, colocando instituições, produtores, comunidades de interesse, especialistas, pesquisadores e usuários em geral numa espécie de ação coletiva orientada para fins específicos devidamente pactuados. Em coletânea recente sobre o cooperativismo de plataforma, Scholz e Schneider (2017) apontam o papel que governos podem ter no apoio ao modelo:

Governos precisam reconhecer que plataformas digitais cooperativas têm o potencial de fazer com que uma maior parte da riqueza gerada fique em suas comunidades, atendendo a seus eleitores. Em vez de tentar (sem sucesso) deter o Uber e que tais, plataformas cooperativas configuram um modelo para o qual as instituições públicas podem dizer “sim”. Precisamos de leis que tornem mais fácil a formação e o financiamento de “co-ops”, assim como de investimento público no desenvolvimento de atividades de interesse público ou comum – apoio que as empresas de interesse privado recebem a todo momento. (p. 18)

⁴ Criada pelo Google em 2002, a rede social encerrou suas funcionalidades dinâmicas em 2014, deixando seu conteúdo disponível para *download* até meados de 2016. Durante os dois anos que a rede esteve disponível para consulta, os processos de extração de conteúdo eram considerados de difícil acesso quando se tratava de lidar com grandes volumes de dados. Já as conexões desses dados, que podemos considerar um dos elementos mais importantes em uma rede social, ficavam fortemente comprometidas no processo de reconstituição das informações, mesmo em ambientes preparados e contando com recursos técnicos profissionais para a pesquisa. Sem dúvida, o Orkut teve um papel extremamente importante nos processos de socialização em redes digitais no Brasil, sendo um dos territórios mais atuantes e participativos do ambiente. É importante dizer que o patrimônio cultural ali produzido e armazenado também faz parte do patrimônio cultural brasileiro, servindo de referência como fonte de pesquisa e, sobretudo, como dinâmica social de articulação em rede e como campo de produção de capital social e cultural de uma nação. O país perde com seu desaparecimento, que causa impactos em nossa memória cultural. Esse tipo de risco traz preocupações relevantes para aqueles que pensam políticas públicas de memória digital. Estariam nossas instituições custodiais preparadas para operar como arquitetura de socialização de produção informacional em rede?

Vale citar como um exemplo paradigmático a experiência da Biblioteca Britânica relatada na matéria *British Library adds billions of webpages and tweets to archive* (em tradução livre, *Biblioteca Britânica agrega ao seu acervo bilhões de páginas da Internet e tuítes*), do *The Guardian* (Meikle, 2013), que cita a iniciativa de arquivar páginas *web* e postagens de políticos e importantes personalidades públicas do Reino Unido feitas na mídia social Twitter. A biblioteca incorpora em suas bases de dados informação considerada de interesse público e que até então estava apenas sob guarda de empresas privadas, trazendo novo equilíbrio à relação de forças e produzindo novas práticas de mediação. Uma vez a base de dados tornada pública, novos algoritmos de busca podem ser produzidos e novas formas de organização da informação podem ser criadas. Uma nova forma de socialização de informação estratégica está em jogo aqui.

A experiência da Europeia⁵, uma ampla estratégia de integração digital de acervos culturais de instituições custodiais da União Europeia, vem produzindo efeitos que chamam atenção para os possíveis impactos em rede da integração de bases de dados de importantes instituições culturais. A iniciativa é composta por 175 instituições europeias que fornecem conteúdo para a formação de uma única base de dados integrada, contendo mais de 54 milhões de objetos digitalizados⁶. Para além dos imediatos benefícios que plataformas e bases de dados como essas podem produzir do ponto de vista de quem se interessa pelos temas culturais, estudos atuais já demonstram o impacto econômico desse tipo de iniciativa. Pesquisa conduzida pela empresa SEO Economic Research e assinada por Poort *et al.* (2013) mostra que, num cenário pessimista, o esforço de integração da Europeia promove o retorno de 2,3 milhões de euros para a economia local. Num cenário de base, esse número passa a 21,5 milhões de euros e, numa perspectiva otimista, o valor chega a 40,3 milhões de euros.

No Brasil, iniciativas como Rede Memória⁷, Rede Memorial⁸ e Rede Musa⁹ desempenham papel relevante na atualização das instituições de memória para a era digital. Recentemente, o Ministério da Cultura (Minc), em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), desenvolveu o projeto Tainacan¹⁰, com o objetivo de integrar as instituições mantenedoras de acervos do patrimônio cultural no processo de digitalização e disponibilização de suas coleções. Ao introduzir modelo operacional que prevê o compartilhamento de recursos com base em arquiteturas distribuídas e incorporar funcionalidades de participação e colaboração em rede, a iniciativa facilita e impulsiona novos

⁵ Mais informações no *website* do projeto. Recuperado em 10 fevereiro, 2017, de <http://www.europeana.eu>

⁶ Dados de fevereiro de 2017.

⁷ Mais informações no *website* do projeto. Recuperado em 12 junho, 2017, de <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira>

⁸ Mais informações no *website* do projeto. Recuperado em 10 fevereiro, 2017, de <http://redememorial.org.br>

⁹ Mais informações no *website* do projeto. Recuperado em 12 julho, 2017, de https://pt.wikipedia.org/wiki/Rede_Web_de_Museus_do_Estado_do_Rio_de_Janeiro

¹⁰ Mais informações no *website* do projeto. Recuperado em 12 junho, 2017, de <http://tainacan.org>

métodos para o campo da memória, como a curadoria digital¹¹ e o inventário participativo¹² – instrumento da museologia social.¹³

O que essas experiências demonstram em comum é um conjunto de novas práticas que valorizam e tornam pública informação estratégica e de importância cultural, ampliando, e mesmo atualizando, o papel das instituições custodiais, que passam a integrar em suas práticas as dimensões de socialização da cultura digital.

CONCLUSÃO OU ESBOÇOS DE QUESTÕES PARA UM PROJETO TRANSVERSAL DE PESQUISA

Observar a memória como prática e compreender como ela se insere na cultura digital é uma maneira de repensarmos os modelos tradicionais das instituições custodiais e sua função pública, a fim de entendermos de forma mais clara e objetiva os efeitos da socialização promovida pelas redes digitais.

De certo, novas políticas públicas se fazem necessárias, sobretudo aquelas que entendem o valor cultural, simbólico, material e econômico do que está aqui em jogo. O patrimônio cultural dos povos e nações, bem como o desenho social daquilo que será considerado memória, hoje passa pelas mediações dos sistemas de informação digitais e seus algoritmos, que, em sua grande maioria, se encontram sob o controle de empresas privadas. O caso brasileiro é agravado pelo fato de tais empresas serem todas estrangeiras.

Neste início de século 21, é urgente disputar o sentido de mediação desses algoritmos, produzindo eventualmente outras lógicas, estratégias e práticas capazes de promover o interesse do público, com a criação de um comum que vise valorizar a socialização da experiência cultural, e não preferencialmente a lógica de consumo dos cliques. Há inúmeros riscos em questão, desde a guarda efetiva das bases de dados até a caixa-preta que são os algoritmos da atualidade, os quais nos induzem a mediações que forçosamente não podemos discutir ou mesmo rever, por conta da proteção intelectual garantida aos grandes *sites* de busca e seus serviços correlatos.

A política pública deve promover a integração das bases de dados e a digitalização dos acervos instituídos, promovendo o acesso *on-line* para apropriação pela sociedade do que as instituições já possuem como patrimônio. Cabe também entender como o aspecto econômico pode interferir na oferta e demanda desses conteúdos, e verificar se direitos culturais importantes, como o provimento de acesso qualificado a informações em domínio público e o respeito às limitações e exceções em direitos autorais, estão sendo devidamente respeitados.

¹¹ Curadoria digital é uma articulação para criação e implementação de métodos, aplicações e arranjos participativos para o processo colaborativo de seleção do conhecimento a ser catalogado e preservado em formato digital.

¹² Inventários participativos são instrumentos de estímulo para que os próprios grupos e comunidades locais possam, em primeira pessoa, assumir a identificação, a seleção e o registro das referências culturais significativas para suas memórias e histórias sociais em seus processos de musealização.

¹³ Museologia social é uma metodologia que utiliza ferramentas da museologia a serviço da memória social: identificação, qualificação, realização de inventários participativos, difusão de memórias, formação de redes.

Se o modelo público e institucional, no qual o Estado cumpre papel de protagonista, não mais atende às demandas de registro e preservação da memória cultural, agora primordialmente produzida e armazenada em mídia digital, é fundamental que sejam formulados projetos que exercitem novos formatos de sustentabilidade e governança para acervos culturais públicos ou comuns. As questões são inúmeras, bem como os desafios técnicos, sociais e políticos de produção de novas experiências e práticas nesse sentido. O que de certo apresentamos aqui foram menos soluções do que perguntas, apontando que o problema não apenas segue em aberto, mas se agrava a cada novo enlace de rede que se produz e que deixamos, como nação, de socializar seu valor como produção cultural e memória coletiva.

REFERÊNCIAS

- Bennett, T. (1995). *The birth of the museum: History, theory, politics*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Bourdieu, P. (2014). *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-1992)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- De Kosnik, A. (2016). *Rogue archives: Digital cultural memory and media fandom*. Cambridge: The MIT Press.
- Meikle, J. (2013). British Library adds billions of webpages and tweets to archive. *The Guardian*. Recuperado em 20 julho, 2017, de <https://www.theguardian.com/technology/2013/apr/05/british-library-archive-webpages-tweets>
- Poort, J., Nool, R., Ponds, R., Rougoor, W., & Weda, J. (2013). *The Value of Europeana: The welfare effects of better access to digital cultural heritage*. Amsterdam: SEO economic research/Atlas voor gemeenten.
- Scholz, T., & Schneider, N. (Ed.). (2017). *Ours to Hack and to Own: The rise of platform cooperativism, a new vision for the future of work, and a fairer Internet*. Nova Iorque e Londres: OR Books.
- Thiry-Cherques, H. R. (2006). Pierre Bourdieu: A teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, 40 (1), 27-55.
- Vander Wal, T. (2007). *Folksonomy coinage and definition*. Recuperado em 12 julho, 2017, de <http://vanderwal.net/folksonomy.html>